



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

02/09/2016 - Telesíntese

Assembleia da Oi do dia 8 está suspensa por decisão da justiça

O juiz Fernando Viana determinou também que os sócios em conflito - Pharol e Societé Mondiale - busquem um mediador para fechar um acordo.

O juiz Fernando Viana, da 7ª Vara Empresarial do Rio, suspendeu as assembleias da Oi marcadas para o dia 8 de setembro, a pedido do fundo Societé Mondiale, próximo ao empresário brasileiro Nelson Tanure, que já possui mais de 6% das ações da concessionária brasileira.

O Ministério Público já havia se manifestado contrário à realização da assembleias e sugerido a criação de um conselho de mediação para que o conflito entre os dois principais sócios – Tanure e a Pharol (que

tem três grupos portugueses, com mais de 27% das ações da Oi) fosse equacionado. Fernando Viana acatou a sugestão e determinou a mediação. A Oi está em processo de recuperação judicial, com dívidas de R\$ 65 bilhões. (com agências de notícias).



02/09/2016 - Telesíntese

Departamento de comércio dos EUA ataca política de Telecom brasileira

O relatório reclama mais da política chinesa, mas também tece comentários sobre práticas da Anatel.

A Câmara de Comércio norte-americana publicou hoje, 2, documento intitulado "Preventing Deglobalization: An Economic and Security Argument for Free Trade and Investment in ICT". O documento foca principalmente a política industrial chinesa, mas acaba também criticando a política brasileira.



européias já reclamaram e a comunidade europeia também já reclamou, que são os editais de 4G da Anatel, que determinaram as operadoras a darem preferência para a tecnologia nacional (o que já não aconteceu no último edital do ano passado).

Critica também a exigência de a agência obrigar a realização de testes locais

O foco da crítica é o mesmo que as indústrias

para a certificação de equipamentos.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

05/09/2016 - Convergência Digital

Igor de Freitas é nomeado presidente substituto da Anatel

O governo nomeou o conselheiro Igor de Freitas como novo presidente substituto da Anatel, indicação feita há um mês pela agência, mas publicada apenas nesta segunda, 5/9, em edição extra do Diário Oficial da União.

Freitas assume no lugar de Rodrigo Zerbone, cujo mandato como substituto venceu no domingo, 4/9. Já a indicação para o novo presidente titular, no lugar deixado por João Rezende, ainda aguarda encaminhamento ao Senado Federal.

Como o título sugere, o substituto assume nas ausências do presidente do órgão regulador, como em período de férias, por exemplo. No caso atual, significa dizer que Igor de Freitas ficará no comando da agência até a confirmação de um novo conselheiro.

O Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quer ver no cargo o ex-ministro das Comunicações Juarez Quadros, mas a indicação dele segue pendente no governo.

05/09/2016 - Convergência Digital

O que nos espera: a fúria de um capitalismo sem intermediários

A transparência para manejar decisões que concentram o futuro de um Brasil em crise de desenvolvimento, exige democracia ativa e Estado indutor.

Consumado o golpe, com a aprovação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff pelo Senado (31.08.2016), o Brasil se vê diante da fúria de um capitalismo faminto e sem intermediários.

O mercado comemora a ascensão bruta ao poder sem peia, nem pejo.

Agora sim, são os 'seus'. Com a mão nada leve no leme estão Serra, Meirelles, Ilan, Jucá e assemelhados. Um dream team.

Exigências do lucro privado, das corporações internacionais, dos rentistas e da república dos acionistas --festeja-se-- passam a ditar a política econômica do Estado brasileiro.

Não é metafórico: é ditar mesmo.

Com as implicações sabidas. O conjunto implica reduzir ao mínimo o espaço de interferência dos demais interesses e protagonistas sociais na engrenagem que



comanda a esfera pública.

Inclua-se nesse descarte, sobretudo, a ampla maioria representada pelas famílias assalariadas e pelo cada vez mais amplo 'preariado', constituído, predominantemente, pela

juventude sem emprego formal, sem renda regular, sem direitos, sem representação sindical --mas dependurada na sociedade através da versatilidade ubíqua do celular.

Não é modesto o papel que cabe ao Estado nessa reacomodação.

Na verdade, o destino do golpe --seu presente e seu futuro-- joga-se nesse braço de ferro para obrigar o Estado a cumprir um papel do qual o mercado não acreditava que o PT pudesse se desincumbir, pelo menos com a radicalidade requerida na reordenação imposta pela crise.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

A fórmula consiste em tirar com uma mão e bater com a outra.

Como se vê, ingressamos no terreno da matéria bruta. E é isso que se espera do Estado, a partir de agora.

De um lado, assegurar a paz nas ruas da maneira como a sociedade e a opinião pública mundial tem visto acontecer; de outro, estrangular o gasto público para exigir o mínimo de aportes –leia-se, impostos— aos fundos federais.

A pretensão não se resume a conter. Ambiciona-se regredir no tempo e evoluir na ganância.

De preferência desenhando uma curva declinante, como pretende a PEC 241 que visa mutilar a Constituição Cidadã de 1988, congelando por vinte anos, em termos reais, a fatia do orçamento destinada aos serviços essenciais que o Estado deveria prover e universalizar –e fazê-lo com qualidade. Escola e saúde, por exemplo.

Nisso consiste o lado ‘mínimo’ do Estado que se preconiza.

As consequências sociais prometem ser ainda mais avassaladoras do que a herança maldita de FHC, resumível em um dado convenientemente esquecido: quando Lula assumiu seu primeiro governo em 2003, cerca de 290 pessoas morriam de fome no Brasil por dia.

Sim, por dia.

É esse parâmetro retrospectivo que eleva os vanços sociais obtidos desde então à categoria das dimensões épicas.

O Brasil ‘lulopetista’ venceu a fome; a taxa de insegurança alimentar caiu de 10% da população para 1%; a miséria foi reduzida a 2,5% e cerca de 40 milhões de pessoas deixaram a pobreza, outras tantas avançaram na pirâmide de renda — permitindo que o consumo de massa se tornasse hegemônico na economia, abarcando mais de 50% da população. Se isso fosse um país estaria dentro do G-20.

O golpe de Estado que espreme orçamento agora desdenha desse trunfo histórico.

Seu objetivo, ao contrário --insista-se, é devolver a pasta de dente ao tubo. Ou seja, reverter a inclusão social que não cabe na receita espremido pela queda da atividade, de um lado, e o veto das elites à maior tributação da riqueza, de outro.

Calcificar esse risco é o mutirão ao qual se debruça o ministério dos sonhos do mercado – ‘sem a Dilma centralizadora para atrapalhar e o Lula populista para afrouxar’ -- empenhado em sucessivos anúncios de

decapitação de políticas, dissolução de estruturas, extinção de programas, revogação de direitos e conquistas dos assalariados.

Trata-se de fazer um Brasil novo caber no orçamento velho. Aquele preservado da tributação da riqueza corrente e da taxação do privilégio acumulado.

Não se diga dessa encruzilhada que o que caracteriza o impulso golpista de parte das empresas brasileiras é apenas o alinhamento histórico com a ganância.

É isso, mas não é só isso. E essa percepção adicional tem importância na ordenação da frente de luta contra o golpe, razão pela qual não pode ser desdenhada.

Embora tenham se beneficiado de subsídios e renúncias fiscais da ordem de R\$ 500 bilhões desde o início da crise mundial, em 2008, sem oferecerem contrapartidas proporcionais em manutenção de vagas e moderação de preços, o fato é que boa parte das empresas produtivas também carregam uma contabilidade crítica.

A crise da industrialização brasileira é um elemento crucial da encruzilhada vivida pelo país.

A agenda progressista não pode ignorá-la por uma razão bastante forte: os ganhos de produtividade industrial são essenciais à acumulação da riqueza necessária à universalização de serviços e direitos que caracterizam a cidadania cobrada pelo povo brasileiro.

Não haverá como ostentar essa bandeira política de forma crível, sem equacionar um divisor industrial histórico.

O investimento industrial declina no Brasil desde 2009.

As fábricas do país perdem vendas internas para a concorrência dos importados, ao mesmo tempo em que vêem sua competitividade externa desabar, em grande parte, por conta de uma política cambial equivocada,

Nisso observa-se um fio de continuidade de mais de vinte anos interligando governos tucanos e petistas.

Com uma diferença não negligenciável: o neoliberalismo do PSDB não vê problema em sucatear a industrialização nacional –o mercado externo provê ao melhor custo de oportunidade.

É parte constitutiva da gravidade do impasse que enfrentamos que o PT discorde disso sem ter conseguido escapar do mesmo círculo vicioso.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-nos-espera-a-furia-de-um-capitalismo-sem-intermediarios/4/36739>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

01/09/2016 - CUT

Temer confessa na TV que é contra a classe trabalhadora

Em seu primeiro pronunciamento oficial, Temer diz que vai priorizar retirada de direitos. E nós prometemos combater as propostas

Confirmado o golpe contra a presidenta eleita Dilma, Temer fez um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV para afirmar que suas prioridades são as reformas trabalhista e previdenciária.

Preparem-se, trabalhadores e trabalhadoras. Ele e o Congresso Nacional estão decididos a retirar seus direitos, como já alertávamos desde o início deste ano.

A CUT e seus sindicatos filiados defendem desde a sua criação a ampliação de direitos, jamais a retirada. E tudo faremos para impedir que essas propostas sejam aprovadas.

No mesmo pronunciamento, Temer diz que comanda um "governo parlamentar", anunciando assim que agirá conforme o perfil da maioria dos deputados e senadores.

E esse perfil é um desastre para os trabalhadores e trabalhadoras. A maioria, como ficou provado nos tristes espetáculos que foram as votações do impeachment, é financiada por empresários e especuladores. Na Câmara, são 246 empresários ou deputados eleitos por empresários. No Senado, 28 são empresários e 33 executivos ou profissionais liberais. Esses dados foram levantados pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

Com esse compromisso que têm com seus financiadores de campanha, é evidente que esses parlamentares, ao discutir reformas trabalhista e previdenciária, vão votar pela retirada de direitos, redução do valor das aposentadorias de até 40% e aumento no tempo de contribuição para até 70 anos.

Os efeitos desse desprezo pelo povo, tanto de Temer quanto da maioria do Congresso, já estão aí. Dilma foi impedida de governar. Seus projetos eram

barrados pela turma do Eduardo Cunha e adjacências. Entre maio e junho, depois que a Dilma foi afastada provisoriamente, o desemprego cresceu 3,8%. Os jovens até 24 anos são os mais prejudicados, representam 42% dos desempregados.

Enquanto isso, a taxa Selic continua nas alturas: 14,25% e, em sete meses, o lucro de quem especula com títulos da dívida pública e com câmbio chegou a 52%.

A indústria brasileira tem hoje 23% de sua capacidade ociosa, o que representa máquinas paradas e mais demissões. Afinal, quem investiria em produção se em apenas sete meses é possível ter um retorno de 52% na especulação? Tudo isso na curta era Temer.

Isso sem falar em projetos como a PEC 241, que pretende congelar por 20 anos os investimentos em políticas públicas e sociais, o que deixará milhões de brasileiros à mercê da miséria e do desamparo. Se essa regra estivesse valendo, em dez anos o Brasil deixaria de ter investido R\$ 500 bilhões.

Só a pressão popular e a mobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras vão impedir que os direitos sejam varridos do mapa brasileiro. A CUT, a maior e mais combativa central sindical do Brasil, coloca-se na linha de frente para fazer essa luta.

Mas é preciso que todos participem. Procure seu sindicato, busque informações com seus companheiros de trabalho e prepare-se para fazer parte das mobilizações que vão culminar na Greve Geral, absolutamente necessária se os golpistas insistirem nessa aventura louca de desprezo pelo povo e pelo futuro do Brasil.

05/09/2016 - Vermelho

Temer corta 30% do social e eleva verba de militares e agronegócio

O governo de Michel Temer começou de fato dia 31 de agosto. Não apenas porque Dilma Rousseff foi destituída do cargo, mas especialmente porque, naquela mesma tarde, chegou ao Congresso Nacional a proposta confeccionada com cuidado pela nova equipe econômica para a distribuição do dinheiro federal para o ano de 2017 – o chamado Orçamento da União.

A análise da lista de programas de governo, em comparação à proposta apresentada no ano passado para o ano de 2016 pela ex-presidente Dilma, desmonta a tese defendida publicamente pelos peemedebistas e pelos apoiadores do impeachment de Dilma de que o novo governo não iria deixar o lado social em segundo plano.

Sinais nesse sentido já tinham sido dados, com extinção de pastas da área, e gerado reação em setores progressistas da sociedade. Mas o que se vê na análise do Orçamento vai além. Temer acaba de propor ao Congresso a redução média de 30% nos valores para os 11 principais programas da área social do governo, já considerando a inflação do período (variação do IGP-M dos últimos 12 meses).

São R\$ 29,2 bilhões a menos para esse conjunto de programas (depois de aplicada a taxa de inflação no período), comparado ao que Dilma, já sob efeito da crise econômica, apresentou ao Congresso no ano passado. Trata-se de uma queda real de 14%. Muitos podem argumentar que, neste momento, essa redução é natural, já que o Brasil precisa apertar seus gastos. No entanto, as despesas previstas pelo governo para este ano são da ordem de R\$ 3,4 trilhões – cerca de R\$ 158 bilhões a mais (crescimento de 4,8%) que o previsto por Dilma um ano atrás.



Se olharmos mais de perto, o argumento perde ainda mais força. Enquanto optou por reduzir as verbas sociais, o governo aumentou, por exemplo (e sempre já considerando o efeito da inflação no período), em R\$ 1,47 bilhão as verbas programadas para ações relacionadas ao desenvolvimento do agronegócio (R\$ 1,3 bilhão), a investimentos militares (R\$ 175 milhões), a obras em aeroportos (R\$ 186 milhões), além de ações de política nuclear

e espacial, e de política externa – agora sob comando de José Serra (PSDB).

O governo tem a liberdade para fazer escolhas. E começou mostrando bem quais são as suas. Esses dados não estão presentes em pronunciamentos ou entrevistas das figuras chave do governo, mas em meio às 3.691 páginas da proposta orçamentária do ano que vem. Eles consideram, também, apenas os gastos com ações concretas, e não com a gestão e manutenção das áreas relacionadas, como pagamento de pessoal e despesas do dia a dia dos funcionários públicos.

O governo tem a liberdade para fazer escolhas. E começou mostrando bem quais são as suas. Esses dados não estão presentes em pronunciamentos ou entrevistas das figuras chave do governo, mas em meio às 3.691 páginas da proposta orçamentária do ano que vem. Eles consideram, também, apenas os gastos com ações concretas, e não com a gestão e manutenção das áreas relacionadas, como pagamento de pessoal e despesas do dia a dia dos funcionários públicos.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/286143-1>

03/09/2016 - RBA

FUP diz que adesão a plano de demissão da Petrobras aumentará risco de acidentes

Adesão de 11,7 mil funcionários ao programa representa redução drástica no quadro da estatal; gestão de Pedro Parente pretende economizar R\$ 33 bilhões até 2020

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) afirma que os desligamentos de funcionários da Petrobras pelo Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) vão aumentar o risco de acidentes nas diversas frentes de trabalho da empresa. "Os resultados desse modelo desastroso de gestão serão mais e

mais acidentes, colocando os petroleiros e a sociedade na iminência de uma grande tragédia anunciada, como aconteceu com a P-36, no governo FHC", diz nota da FUP, divulgada ontem (2), quando a Petrobras anunciou que 11.704 trabalhadores aderiram ao programa.

Essa medida representará uma redução drástica do efetivo próprio da companhia. Nos últimos três anos, cerca de 8 mil petroleiros já deixaram a empresa sem que houvesse reposição dos postos de trabalho, segundo a FUP.

Com a gestão de Pedro Parente, ex-ministro de FHC, à frente da empresa, os paradigmas neoliberais voltam a limitar a capacidade de expansão da estatal. Entre 1995 e 2000, mais de uma centena de trabalhadores morreram e dezenas de acidentes ambientais aconteceram no rastro dos planos de incentivo à aposentadoria e ao desligamento, que resultaram na evasão de mais de 10 mil trabalhadores. A companhia chegou a ficar dez anos sem realizar concursos públicos.

"A direção da empresa chega ao absurdo de comemorar a rentabilidade que terá com a saída dos petroleiros, ao estimar que economizará R\$ 33 bilhões até 2020. É, no mínimo, criminoso querer aumentar o retorno financeiro dos acionistas às custas da vida dos trabalhadores",



afirma ainda a nota da FUP.

Além disso, os petroleiros destacam que ao reduzirem em 25% o efetivo em apenas três anos, os gestores da Petrobras colocam em risco também a herança de conhecimentos que os petroleiros desenvolveram ao longo dessas seis décadas da companhia

e que é transmitida de geração para geração.

Para a FUP, a direção da empresa mente deslavadamente quando afirma que implementará "diversas iniciativas com foco no desenvolvimento de lideranças e na gestão do conhecimento e do efetivo, para dar continuidade aos processos e garantir a segurança operacional das unidades".

Se fosse realmente esta a intenção, as gerências estariam discutindo os efetivos com as representações sindicais, como assegura o Acordo Coletivo. "Mas a direção da empresa preferiu fazer o caminho inverso, estimulando a saída dos trabalhadores para depois ajustar o efetivo. Ou, seja, o último a sair que apague a luz", dizem os petroleiros.

Para os trabalhadores, tudo isso só comprova que o objetivo é reduzir o tamanho da Petrobras, tratando uma empresa de importância singular para o Brasil como se fosse um supermercado. "A FUP reforçará denúncias aos órgãos de fiscalização de que qualquer acidente ampliado que ocorrer será de inteira responsabilidade da gestão da Petrobras, cujo objetivo é reduzir o tamanho da empresa, que segue sendo tratada por Pedro Parente como se fosse um supermercado", afirma a nota.